

Itinerários, corografias e escritas da história: as viagens e os registros de Raimundo José da Cunha Matos no Império do Brasil¹

Kaori Kodama

Raimundo José da Cunha Matos (1776-1839) foi um dos articuladores da fundação de uma das instituições de maior prestígio no Império, o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Em princípios do século XX, um sócio do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, Antônio da Cunha Barbosa, escreveu uma notícia biográfica sobre Cunha Matos, a fim de prestar uma homenagem póstuma há muito relegada pelo tempo a esse sócio e fundador. Para frisar a condição do homenageado, o biógrafo lembrava uma frase de Mello Franco,² que dizia que certos homens, “quando vivem, sentem-se prestigiados pelos que os circundam, têm admiradores que os exaltam; mas bem depressa tudo desaparece, desde que morrem”.³ O intuito de Antônio Barbosa era tirar do esquecimento um dos fundadores do IHGB, que fora também um personagem de relevante participação na vida política brasileira após a Independência. Porém, apesar do intento, Cunha Matos manteve-se um autor pouco lembrado na historiografia, ainda que vez ou outra seja mencionado por alguns historiadores ou em notas da história da corporação militar, do qual foi um dos fundadores.

O fato de Cunha Matos não ter sido objeto de investigações mais assíduas na historiografia pode ser facilmente compreendido em função de sua morte, ocorrida poucos meses depois da fundação do Instituto Histórico, em 24 de fevereiro de 1839. Ao menos, seria essa a presunção quando se considera a maior lembrança legada ao nome de outro sócio, fundador e colega de Cunha Matos, o cônego Januário da Cunha Barbosa, que permanecera ativo por mais tempo na instituição.

No entanto, esse esquecimento nos parece ser também fruto da própria história dinâmica da historiografia oitocentista, que impôs

¹ O presente artigo é uma versão modificada de um texto originalmente preparado para o colóquio *Entre a Monarquia e a República*, ocorrido na Uerj, em 2006, a ser publicado em livro.

² Muito provavelmente, trata-se do escritor e jornalista mineiro Afonso Arinos de Mello Franco, membro da Academia Brasileira de Letras em 1903.

³ BARBOSA, Antônio da Cunha. *Notícia bibliographica*. *Revista Trimensal do IHGB*, t. 66, v. 108.

⁴ José Honório Rodrigues expôs diversos argumentos de Cunha Matos referentes à pressão inglesa em alguns de seus trabalhos. Embora a ênfase de Rodrigues esteja no nacionalismo de Cunha Matos – o que procuraremos evitar, por motivos hoje claros –, o historiador não deixa de ressaltar aspectos importantes, como sua participação marcante em debates sobre o tráfico negreiro e a política externa do Império do Brasil, ainda durante o Primeiro Reinado. (RODRIGUES, José Honório. *Brasil e África*, p. 157-63).

⁵ BLAKE, Sacramento. *Dicionário bibliográfico brasileiro*; RODRIGUES, José Honório. Nota preliminar. In: MATOS, Raimundo José da Cunha. *Compêndio histórico das possessões de Portugal na África*.

⁶ Tomamos como referência importante para pensar o problema da presença da tradição clássica nesses textos os artigos de Arnaldo Momigliano. Ver: MOMIGLIANO, Arnaldo. p. 244-293; e MOMIGLIANO, Arnaldo. O surgimento da pesquisa antiquária. *L'histoire ancienne et l'antiquaire*. In: _____. *Problèmes d'historiographie ancienne et moderne. As raízes clássicas da historiografia moderna*, p. 85-117.

um modelo de escrita histórica que se afastava das produções encontradas em nosso autor. Afinal, não teria sido por falta de contribuições escritas que seu nome fora deixado de lado. Apesar de ter morrido pouco tempo depois do momento da fundação do IHGB, Cunha Matos havia publicado ainda em vida diversos trabalhos, o que já poderia ser suficiente para ser mais bem lembrado. Além disso, sua atuação como deputado na Assembléia, sobretudo na primeira e segunda legislaturas, foi marcante a ponto de ser lembrada por historiadores, devido aos seus discursos de tom inflamado e legalista, de atitude agressiva contra a política externa britânica e a favor da posição independente do Brasil na questão do tráfico negreiro.⁴

Entre as obras que escreveu, encontram-se corografias, itinerários, dicionários e repertórios, além de outras memórias e relatórios por ele elaborados quando era secretário da Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional. Desde que se retirou do cenário político, o autor buscou imprimir muitos de seus trabalhos, passando a se dedicar mais às letras.⁵ Para nosso intento neste artigo, interessam-nos seus escritos de cunho histórico, seus itinerários de viagem e suas corografias; textos que nos permitem discutir a importância do gênero corográfico para a escrita da história ainda na primeira metade do século XIX no Brasil, bem como atestar as relações ainda muito próximas entre as escritas sobre o tempo e as escritas relativas ao espaço.

Chamam a atenção dois escritos sobre a história do Brasil publicados postumamente pela *Revista Trimensal do Instituto Histórico*: a “Dissertação acerca do sistema de escrever a história antiga e moderna do Brasil” (1863) e “Épocas brasileiras ou sumário dos acontecimentos mais notáveis do Império do Brasil” (1974). O primeiro, produzido ou retocado logo após a fundação do IHGB, em 1838, era uma tentativa de estabelecer as distinções das épocas da história do Brasil, que teriam sido basicamente três: a primeira, a história dos índios ou primitivos habitantes da “terra de Santa Cruz”; a segunda, o período que cobriria a chegada dos portugueses até a Independência; e a terceira, a do Império do Brasil. José Honório

Rodrigues (1969) apontaria esse texto como o primeiro a tentar uma sistematização sobre a periodização da história do Brasil, apesar dos poucos comentários que recebeu por parte dos historiadores. O segundo era uma sinopse dos fatos ocorridos ano a ano – uma lista cronológica –, desde as navegações anteriores à descoberta até o século XVIII. Outros trabalhos “históricos” de Cunha Matos ainda poderiam ser citados, como as “Memórias da campanha do sr. d. Pedro de Alcântara, ex-Imperador do Brasil, no reino de Portugal”. Tais textos indicam a entrada pela qual se faria sua contribuição na nova instituição que ajudaria a fundar.

Mas o ponto a ser destacado a respeito dessas obras está, em grande medida, na existência de uma ponte que parece interligá-las, um *modo* de pensar que transparece em sua escrita, conjugando num mesmo relato, muitas vezes, a história e a geografia. Trata-se de escritos que podem, de início, ser considerados parte de um gênero de escrita histórica⁶ mais próximo do modelo das crônicas ou um tipo de relato que, na afirmação de Francisco Iglesias, não se preocupava em ter uma “estrutura explicativa do processo” por inteiro,⁷ e no qual geralmente se substituíam o enredo por um relato próximo da catalogação de dados. Os escritos “Épocas brasileiras” e as “Memórias da campanha do sr. d. Pedro de Alcântara”, por exemplo, obedecem tão-somente a um princípio cronológico de organização, sem, contudo, costurar o enredo explicando um processo. Assim como um “percurso” na linha do tempo, os fatos descritos seguem apenas um *caminhar* sucessivo, da mesma forma que os pontilhados de um traçado sobre a representação plana de um espaço.

Podemos comparar essas cronologias de Cunha Matos com outras obras de cunho histórico da primeira metade do século XIX, como as *Memórias para servir à história do Reino do Brasil*, de Luiz Gonçalves dos Santos, o padre Perereca. Escrita em 1824, ela obedece ao mesmo modelo. Ali encontraríamos os acontecimentos da chegada da Corte ao Rio de Janeiro tomados ano a ano, possibilitando ao leitor um “caminhar” no tempo através dos eventos registrados na ordem cronológica. Ainda, as *Memórias* apresentavam um forte

⁷ O autor define esse processo como o da perspectiva nacional – “brasileiro ou português”. Abstemo-nos, no entanto, dessa qualificação nacional justamente por ser ela mesma problemática. Ver: IGLÉSIAS, Francisco. *Historiadores do Brasil*.

⁸ Em sua *Corografia histórica da província de Minas Gerais*, por exemplo, no termo de cada vila, relatava-se seu histórico seguido de descrições estatísticas.

⁹ Este saber também fundamenta o conhecimento da paisagem, como define Berceque. Ver: BERCEQUE, Augustin. *Écoumène: introduction à l'étude des milieux humains*.

cruzamento entre a descrição da localidade – a cidade do Rio de Janeiro – com a sucessão dos fatos notáveis que envolveram a entronização da sede do Império português na América. Outro exemplo é o do historiador pernambucano Abreu e Lima, que escreveria, em 1845, a *Sinopsis dos factos mais notáveis da história do Brasil*, também como uma lista cronológica.

Já as corografias ou escritos de Cunha Matos, que elaboram a descrição das localidades (e, portanto, de um saber sobre o espaço), incluem muitos elementos que podem ser tomados como históricos, em razão do trato de informações sobre a *história local*. Elas narram eventos como a fundação das vilas, o histórico de seus fundadores e a descoberta de regiões e rios.⁸ O intercâmbio entre o que seria do domínio do conhecimento histórico e do geográfico se encontra na própria troca da denominação das obras, cometida involuntariamente pelo autor. O *Compêndio histórico das possessões de Portugal na África* foi por ele chamado de *Compêndio corográfico*. Da mesma forma, suas corografias eram “históricas”, como dizem os títulos da *Corografia histórica da província de Minas Gerais* ou da *Corografia histórica da província de Goiás*.

Aqui procuraremos observar como esse tráfego entre a escrita do espaço e do tempo se estabelecia em seus trabalhos em função do tipo de conhecimento que produzia, de caráter primordialmente prático e baseado na experiência. O papel da experiência, para o qual chamamos a atenção, não se deve somente a um modelo empírico de conhecimento previamente adotado. A idéia de experiência que procuramos destacar se remete tanto a um saber concreto⁹ (ou seja, um saber que só se revela pela própria prática e como experimento) quanto à contaminação do conhecimento produzido pela dimensão do “experenciado”, do vivido: aquilo que era marcado pela sua carreira profissional, como militar e homem ligado aos interesses do Estado. Tal característica poderia ser assim apreendida de um modo mais geral pela forte interação entre a trajetória de vida e os escritos que produziu. Afinal, como deputado e membro da primeira comissão de estatística, Cunha Matos era legitimado

a escrever sobre a população e a colonização do Império do Brasil. Por ser militar, pôde circular pelo território e conhecer de perto as localidades. Produziu um *Repertório da legislação militar*, vários mapas, tábuas de longitudes e latitudes e apontamentos sobre navegação.¹⁰ Como viajante, escreveu suas corografias.

Mais particularmente, é a partir dos trabalhos corográficos e de seu *Itinerário do Rio de Janeiro ao Pará e Maranhão* que nos será possível pensar a relação mútua entre a experiência e o registro. É, afinal, da face da experiência que retirou elementos para produzir sua escrita; é por intermédio do próprio ato de *registrar* que o seu vivido ganhava a forma de um conhecimento que podia ser coletivizado.

A trajetória biográfica de Raimundo José da Cunha Matos pode, primeiramente, ser por nós considerada uma entrada para conhecer seu *Itinerário* e os objetivos imediatos de sua realização. Em segundo lugar, estabelecer a relação entre *experiência* e *registro* nos permite destacar de que modo o autor entrelaçava em sua escrita um modelo de conhecimento geográfico e a base de uma prática de conhecimento histórico. É justamente esse aspecto de seus escritos que fornece uma chave de leitura da concepção histórica presente ainda nos debates do Instituto Histórico em seus primeiros anos.

Como um dos elementos significativos que marcavam a trajetória e a carreira de nosso autor, devemos considerar a adesão à “causa brasileira” por esse militar que havia nascido em Faro, no Algarve, e que vivera por 18 anos na costa africana do Império luso, nas ilhas de São Tomé e Príncipe. Cunha Matos nascera em 1776, e era filho de um tenente de artilharia. Aos 14 anos, sentou praça na mesma arma do pai, a Companhia de Artífices do Regimento de Artilharia. Coursou como artilheiro as matemáticas e participou da campanha contra as tropas francesas na Catalunha.

Pode-se dizer que ele foi um devoto servidor do Estado monárquico português – um verdadeiro “soldado”, como ele mesmo gostava de se alcunhar. Promovido furriel, foi para as ilhas de São Tomé e Príncipe, na Nova Guiné. Comandou a fortaleza de São Sebastião da Barra de São Tomé, com a graduação de capitão. Posto

¹⁰ GRAÇA FILHO, Afonso de Alencastro. Andanças de um militar português pelos sertões do Brasil. In: MATOS, Raimundo José da Cunha. *Itinerário do Rio de Janeiro ao Pará e Maranhão*.

¹¹ A referência aqui é à tese de Luiz Felipe de Alencastro (ALENCASTRO, Luiz Felipe de. *O trato dos viventes*, p. 28 e passim). A definição que abarca ao mesmo tempo rota marítima, espaço de comércio escravista e unidade econômica.

¹² RODRIGUES, José Honório. Nota preliminar. In: MATOS, Raimundo José da Cunha. *Compêndio histórico das possessões de Portugal na África*.

¹³ É interessante perceber que a expressão possui um caráter pejorativo nesse momento. Fazer parte de um partido é ser integrante de uma “fação” cujos interesses não zelariam pelo bem-estar geral. Ver: MOREL, Marco. Restaurar, fracionar e regenerar a nação: O partido Caramuru nos anos 1830. In: JANCÓS, István (Org.). *Brasil: formação do Estado e da nação*, p. 411.

a posto, Raimundo José passou de capitão a tenente-coronel e chegou a ser nomeado governador interino da ilha. Nesse longo tempo na costa africana, Cunha Matos faria o roteiro dos administradores coloniais, atravessando o Atlântico até o Rio de Janeiro em 1814. Mas seria em 1817 que viria a se estabelecer na outra margem do Atlântico-Sul,¹¹ com a meta de desembarcar em Recife e participar da repressão à Revolução Pernambucana. Cunha Matos foi então nomeado inspetor de trens daquela capitania, acompanhando Luís do Rêgo Barreto. Abafada a revolução, coube a ele organizar a primeira brigada miliciana, que tinha a missão de recrutar e dar instruções às tropas. Logo depois, foi nomeado comandante-geral de artilharia de Pernambuco. Após sua estada em Pernambuco e na Bahia, voltou à Corte e, em 1819, foi nomeado vice-inspetor do Arsenal de Guerra do Exército. Daí em diante, sua missão ficou no Brasil; para a África, onde passara 19 anos, não mais voltaria.¹²

Como se vê, sua trajetória é a de um homem que pertenceu aos quadros militares e administrativos do Império português. É possível também afirmar que essa identidade seria igualmente repassada como um marco distintivo em seu legado escrito. Até a precipitação dos eventos que levaram ao rompimento do Brasil com Portugal, sua postura se manteve completamente colada ao ideal da grande nação portuguesa. Sua trajetória incide assim sobre uma identidade construída pela sujeição ao Império português, tal como manifestara em escritos que datam do momento imediatamente anterior ao retorno dos representantes do Reino do Brasil, em 1822: *Ensaio histórico político sobre a origem, progressos, e merecimentos da antipathia, e reciproca aversão de alguns portugueses europeus e brasilienses, Questão política* e a *Nova questão política*. Em seu primeiro manifesto, o *Ensaio histórico político*, Cunha Matos já dava mostras de seu posicionamento, contrário ao “espírito de partido”¹³ e ao “fratricídio”, que caracterizaria a seu ver a Independência. Ao mesmo tempo em que advogava pela união dos reinos, defendia as relações paritárias entre Brasil e Portugal. Mas sua defesa dos reinos autônomos não se afastava, como lembra a historiadora Lúcia Bastos, da propos-

ta de um Império luso-brasileiro, sustentada pela elite coimbrã.¹⁴ Cunha Matos dava mostras de que a compreensão de pertencimento “a uma Pátria” envolvia sua função de membro do quadro administrativo do Império português, num sentido bastante diverso de “pátria” daquele tomado pelos deputados baianos ou paulistas em relação à sua terra natal.¹⁵ Quanto à sua interpretação do que seria pátria, as palavras de Cunha Matos são bastante eloqüentes:

Muitos Filósofos dizem que Patria he a terra do nascimento; que a Patria de hum Romano he a cidade de Roma; a de hum Lisbonense a Cidade de Lisboa! Que estouvada filosofia propria para crear egoistas! Patria he a couza publica: o Rei he Patria: o Governo he Patria: o Paiz que habitamos he PASTRIA: a Colecção dos nossos concidadãos, de nossas mulheres, de nossos filhos, de nossos parentes, de nossos Amigos he Patria: o nosso proprio bem estar he Patria, entidade sagrada e por cuja conservação tudo devemos arriscar.

Essa mesma noção de pátria está contida na denominação “portugueses brasilienses”, utilizada em 1822, e se refere a Brasil e Portugal como partes de uma identidade maior, construída dentro do ideário de um Império, e não do Estado nacional moderno.

Ao final do processo que consolidou a Independência, a expressão de pertencimento “pátrio” de Cunha Matos acomodou-se a semelhantes e, ao mesmo tempo, diferentes condições, tendo que se ajustar aos próprios limites do domínio de outro Império nascerou, o brasileiro.

Recorte do espaço visto com olhos antigos: o de uma possessão. Seria por esse enfoque que Cunha Matos se dedicaria a produzir um conhecimento do espaço, nas corografias e em seu *Itinerário*, o que não deixava de se desdobrar no próprio tempo e na produção de um saber sobre a “história das localidades”. A idéia de corografia traça precisamente este sentido: o do conhecimento de uma região, de “lugar próprio”. É a descrição de uma localidade que se defi-

¹⁴ NEVES, Lúcia M. Bastos Pereira das. *Corcundas e constitucionais: a cultura política da Independência (1820-1822)*, p. 326.

¹⁵ JANCÓS, István; PIMENTA, João Paulo. Peças de um mosaico (ou apontamentos para o estudo da emergência da identidade nacional brasileira). In: MOTA, Carlos Guilherme. (Org.). *Viagem incompleta: a experiência brasileira*.

¹⁶BERCQUE, Augustin. *Écoumène: introduction à l'étude des milieux humains*, p. 23.

¹⁷Segundo a definição de Moraes e Silva (1813), o itinerário é: “s. m. Livro em que se tem a descrição da jornada, ou viagem, que se fez: v. g. o Itinerario da Terra Santa, o de Antonio Tenreiro Barros, l. f., 171, v. a modo de itinerario marítimo”. MORAES E SILVA, Antonio de. *Diccionario da lingua portugueza recopilado dos vocabularios impressos até agora*, t. 2.

ne por objetos e seres que lhe pertencem, em oposição ao espaço “abstrato” e matematizável, regulado por linhas coordenadas.¹⁶ Diferentemente da noção de *tópos* – de onde poderíamos tirar a matriz da topografia –, a *chôra* (e, também por isso, a “corografia”) se liga a um saber “concreto”, que se remete à *paisagem*, ou seja, ao enquadramento de um lugar, realizado por aquele que olha à sua volta. É, portanto, um conhecimento que só pode ser retirado a partir daquele que o experiencia. Mesmo que às vezes “topografia” e “corografia” sejam termos cambiáveis, eles nos remetem a formas distintas de apreensão da realidade. A topografia inclui sempre uma noção de *situação*, da localização como um ponto sobre um espaço definido em coordenadas. Nesse sentido, ela se apresenta como um saber que lança mão da abstração e da matemática.

Ainda que não possamos avançar mais nessas primeiras distinções das formas de saber sobre o espaço, procuraremos retê-las para pensar o *Itinerário do Rio de Janeiro ao Pará e Maranhão pelas províncias de Minas Gerais e Goiás*, de Cunha Matos. Escrito entre os anos de 1823 e 1826, o *Itinerário* é composto de anotações e relatos feitos pelo marechal, nas idas que fez do Rio de Janeiro à província de Goiás, em duas viagens. Na primeira, o então coronel assumiu o posto de comandante em armas, recebendo a incumbência de fiscalizar a organização do exército da província de Goiás. A segunda viagem, ele realizou após ser eleito deputado pela mesma província, partindo novamente do Rio até a porção mais a oeste de Goiás, para a defesa do território diante de uma suposta invasão do ditador paraguaio, o “doutor” Francia.

Poderíamos ainda nos perguntar: o que significa um itinerário e por que um autor o produz? O itinerário é um gênero que percorre a tradição clássica, e o que o caracteriza parece ser o relato ou a descrição de uma jornada, de uma viagem feita por alguém.¹⁷ O itinerário pressupõe, assim, a locomoção no espaço. Num sentido mais amplo, conformado à própria idéia de uma *tradição*, o itinerário pode ser associado a um modo de conhecer. É um modo ou modelo de conhecimento que François Hartog define sobre a figura de

Ulisses em sua viagem, visto que este experimenta outros mundos e os vê. Nas palavras de Hartog:

Ulisses é aquele que *viu* e que sabe porque *viu*, indicando, de imediato, uma relação com o mundo que é o cerne da civilização grega: o privilégio do olho como modo de conhecimento. Ver, ver por si mesmo e saber “é uma só coisa”.¹⁸

¹⁸ HARTOG, François. *Memória de Ulisses: narrativas sobre a fronteira na Grécia Antiga*, p. 14.

É a capacidade de transportar o visto para a descrição daquele que viajou para outros mundos que define o saber de alhures.

Entre os itinerários, é possível encontrar diferentes tipos existentes desde o mundo antigo, que não necessariamente significavam a narração do deslocamento como vinculado à marcação do espaço e do tempo. Pelo menos no escrito de Rutilius Numatianus, do início do século V, o *Itinerarium* é um poema sobre seu retorno a Roma. Desde o mundo antigo, há também as “cartas itinerárias”, que podem ser vistas como uma representação gráfica do próprio itinerário em texto, como a “Tábua de Peutinger”. Nesse caso, a carta itinerária não é um mapa, mas um cartograma representativo das rotas comerciais do mundo romano. O modelo de Cunha Matos se assemelha mais a outros itinerários, como o das rotas mais frequentadas das principais vilas da Europa, de Louis Dutens, escrito em fins do século XVIII.

Os itinerários parecem ainda ter correspondência com as antigas formas de registros escritos sobre as jornadas – os périplos gregos. São ao menos da natureza do *Itinerário* de Cunha Matos algumas das características dos périplos apontadas por François Hartog:

[...] preocupado com inventários, o périplo tem horror do vazio (do espaço em branco): um espaço que é o do percurso. Espaço praticado, que organiza a catalogação, presta-se a compilações e retificações. Não é mais o espaço legado pela epopéia (mesmo se esse saber é sempre utilizado), que reunia espaços qualitativamente diferentes – como os que

¹⁹ *Ibid.*, p. 103.

² MATOS, Raimundo José da Cunha. *Itinerário do Rio de Janeiro ao Pará e Maranhão*, p. 20.

Ulisses atravessa; não é mais também o espaço abstrato, depurado, tal qual resulta dos postulados da primeira cartografia.¹⁹

O *Itinerário* realizado por Cunha Matos tem como característica a busca pela precisão no deslocamento dado pelas coordenadas de tempo e espaço. Uma página de seu escrito pode bem ilustrar esse procedimento:

Rancho de João Gomes, 3 léguas [com relação ao paradeiro anterior, do Chapéu das Uvas, em Minas].

29 de Abril. Terça-feira. Pela manhã esteve o tempo nebulado. Vento norte. Termômetro, 56°. Saí da casa do Chapéu de Uvas às 7 horas e 5 minutos. Às 7 horas e $\frac{1}{4}$ passei a igreja de N. Sr^a da Assunção do Engenho do Masto, junto à qual existem duas casas. Esta igreja é paroquial. Às 7 horas e $\frac{3}{4}$ passei o rancho e casa dos Tabuões. Às 8 horas e $\frac{1}{4}$, o rancho e casa de Luís Ferreira, e capela de São Francisco de Paula. Antes desta casa fica o pequeno rancho do França. Em Luís Ferreira há um ribeirão que, unido ao do Chapéu de Uvas, entra no Paraibuna, que está perto da estrada. Às 8 horas e meia, o rancho do Retiro com boa casa; às 8 horas e 35 minutos, o pequeno rancho do Tejuco; às 8 horas e 55 minutos, o rancho de Antônio Ferreira; às 9 horas e 4 minutos, o rancho e casa de Pedro Alves [...].²⁰

Entre outros objetivos, ele pretende “consertar” dados imprecisos, estabelecendo os nomes corretos de rios, córregos e povoados. No início de suas observações acerca da comarca de São João das Duas Barras, Cunha Matos comenta:

Quando eu me propus escrever este *Itinerário*, tive unicamente em vista informar a quem o ler qual é a natureza do terreno que eu percorri, e os recursos que pode tirar a pes-

soa que seguir a mesma linha de marcha; não escrevi como naturalista, nem como geógrafo que oferece descrições gerais: eu escrevi unicamente para aquele que der os mesmos passos que eu dei, ou quiser saber o estado e os acidentes dos caminhos do interior do Império do Brasil.²¹

²¹Ibid., p. 201.

É um conhecimento da concretude, do qual o escrevente pretende que se retirem posteriormente os elementos para o estabelecimento das mais exatas coordenadas espaciais possíveis. Por intermédio dos passos das mulas dos tropeiros e de seu cavalo, podia-se fazer o registro do tempo gasto de um a outro ponto e medir as léguas percorridas nos caminhos tortuosos de arraiais a fazendas.

Fundamental ainda era bem demarcar o território das regiões para as quais não existiam dados anteriormente elaborados. Os córregos dos rios deveriam ser bem situados; de que lado ficavam, se de um ou outro terreno; em que sentido corriam; a que rios maiores se juntavam; a que proximidade estariam de certo arraial ou sítio; em que direção ficava a serra; para que lado situava-se a estrada. A descrição serve, portanto, no limite, a uma *geodésia*.

A demarcação exata dos pontos geográficos no *Itinerário* era feita a partir de uma prática específica. Para que a precisão orientasse a representação do espaço em mapas, era preciso o olhar atento do viajante, anotando posições geográficas e todos os elementos que faziam parte da paisagem. Somente este seu ato de transpor o que via para o texto e para a representação em carta garantiria a veracidade dos dados representados. Neste sentido, sua própria experimentação era meio fundamental desse conhecimento.

Mas o *Itinerário* não se limita a uma compilação de horas e distâncias, como seria possível encontrar em formas mais resumidas desse gênero de escrita. Ao registrar sua passagem pelos lugares, Cunha Matos deixava de ser um mero compilador de posições. Sua descrição contemplava as notícias curiosas, suas opiniões; induzia a deixar as marcas destas em seu texto, a olhar a realidade em volta. Como o próprio autor procurava esclarecer na “Introdução”:

²² *Ibid.*, p. II.

²³ *Ibid.*, p. 207.

Meu *Itinerário* não é uma simples carta de nomes, nem uma coleção fastidiosa de algarismos! Sem perder de vista a série sucessiva dos tempos e dos lugares, eu apresento detalhes e informações, que interessam na parte científica e temperam a aridez própria dos símplices roteiros.²²

A bem da verdade, entre as diferentes obras intituladas itinerários, podemos encontrar algumas que, de fato, eram uma coleção “fastidiosa” de horas e distâncias. Mas o autor parece pretender realizar algo mais próximo dos trabalhos de viajantes naturalistas de seu tempo. Não só a referência a eles é feita aqui e ali, como seu modo de proceder em relato é por eles orientado. De forma semelhante àqueles viajantes, seu próprio *Itinerário* deveria se nutrir da leitura de outros que descreveriam a localidade por ele visitada. Com o objetivo de averiguar posições, Cunha Matos consulta muitos itinerários e relatos de viagens anteriores, como os de astrônomos, engenheiros e naturalistas empregados nas demarcações dos limites do Rio Grande, do Mato Grosso e do Pará; as relações das visitas do bispo Caetano Brandão; o diário da viagem ao rio Negro, de Francisco Xavier de Sampaio; o roteiro do Rio de Janeiro ao Maranhão, do coronel Sebastião Gomes da Silva Berford; a viagem do barão de Eschwege; entre outros.

Assim como faziam os naturalistas, Cunha Matos buscava esboçar algumas descrições da produção natural das regiões, recorrendo aos escritos que tinha acesso. Ao encontrar sucuris que seus subordinados caçaram, Cunha Matos procurava compará-las às informações dadas por Aires do Casal na *Corografia brasileira*.²³ Nas localidades visitadas, dependendo de seu interlocutor, pedia informações sobre geologia, zoologia ou botânica. Nas proximidades da serra de São José, pouco distante da vila de São José (Tiradentes) e de São João del Rei, ouviu notícias de uma ossada gigante que seu anfitrião examinara em uma mina de ouro e que teria sido encaminhada ao Museu de Lisboa. A descrição era anotada pelo comandante de armas para ser comparada a uma memória que conhecia

de Vandelli, sobre um crânio daquela região recebido pelo museu.²⁴ Em vários trechos, o autor esboça uma descrição ornitológica ou geológica, anota nomes de plantas e descreve aspectos da vegetação que encontra, mesmo não sendo um especialista.

²⁴ *Ibid.*, p. 34.

²⁵ *Ibid.*, p. 228.

A procura de tudo inventariar ao seu redor pode ser vista como uma das principais características do *Itinerário*. Nos lugares não alcançados pelo comandante de armas, há a apresentação de dados por ele coligidos de outras corografias e relatos. Em alguns casos, pedia para que oficiais, seus subordinados, realizassem trajetos e escrevessem seu próprio “itinerário”, que seria incorporado ao seu escrito original. No arraial de Traíras, dava ordens para que dois de seus acompanhantes, um alferes e um ajudante de cavalaria, complementassem percursos distintos até fazendas conhecidas, realizando o reconhecimento de estradas. Por intermédio de suas contribuições, seria possível “coleccionar” outros dados, formando uma continuidade entre as memórias, que, por sua vez, ratificavam ou mesmo compunham esboços de mapas corográficos dos lugares ainda não registrados por outros meios.²⁵ Se, de um lado, a escrita do *Itinerário* se formava por um conhecimento concreto e experimentado, de outro, correspondia a um tipo de texto que deveria ser universalizado, no qual o papel do “autor” era pouco relevante, desde que os dados pudessem ser comprovados. Nesse sentido, devemos dizer que os escritos corográficos de Cunha Matos obedecem aos critérios modernos de objetividade, na qual a subjetividade do autor não interfere no conhecimento. Sua escrita do espaço deveria se prestar a uma utilidade para a qual o papel da interpretação e da subjetividade autoral teria peso menor. De fato, se os dados apresentados deveriam obedecer antes de tudo às coordenadas precisas do tempo gasto e das distâncias tomadas, os elementos anotados ornamentavam somente a maior acuidade do observador. Nesse ponto, podemos estabelecer um paralelo entre o *Itinerário* e outros escritos de Cunha Matos que tinham por objetivo lidar mais diretamente com o tempo e a história. Tanto o *Itinerário* quanto as corografias se baseavam na possibilidade de descrever todos os elementos presen-

tes em uma localidade, como se acompanhássemos um mapa desde a menor escala; como se a descrição dos elementos da localidade nos fornecesse a capacidade de “ver” a região, sem precisarmos ajustar o foco, dando um retrato o mais completo possível a seu respeito. Da mesma forma, sua listagem cronológica de eventos históricos é parte de uma visão moderna da história, na qual os fatos são destacados como elementos *objetivos*, construtores da narrativa histórica.

Seu *Itinerário*, na verdade, não se afasta do mesmo modelo apresentado em suas corografias. Ainda que o *Itinerário* se diferencie da corografia pela marcação passo a passo de seu trajeto de um ponto a outro, e que seu objetivo seja preencher descritivamente o que o viajante em sua caminhada poderia ver, as corografias de Cunha Matos realizavam igualmente um inventário do espaço percorrido. É o que se depreende da diretriz traçada por ele na *Corografia histórica de Minas Gerais*. Nesse modelo, Cunha Matos traçava diretrizes prévias, apresentadas nas observações da *Corografia*, e que reproduziremos para maior clareza da nossa proposta:

No tocante às cidades, vilas e arraiais, a sua descrição deverá ser pelo modo seguinte:

- a) Está situada na latitude, e longitude de
- b) Em terreno (elevado, ou
- c) Junto da margem (esquerda ou direita) do rio
- d) Teve princípio no (dia, mês e ano), com o nome de, na fazenda de (ou lavra) de fulano
- e) E recebeu título de (vila, cidade) por (decreto, alvará, resolução) de (dia, mês e ano)
- f) Consta atualmente (1831) de: praças;ruas.casas habitadas; habitada poralmas;.....casas desertas;casas em construção;templos, dos quais paroquiais; pontes (de pedra, ou de madeira); chafarizes
- g) Existem..... escolas
- h) Os ares são (saudáveis ou doentios) por razões de

i) Fica a léguas, no rumo de; da capital da Província, e a léguas da cabeça da Comarca

²⁶ Observações. MATOS, Raimundo José da Cunha. *Corografia histórica da província de Minas Gerais*, v. 1, p. 1921.

Pelo que diz respeito às igrejas:

Paróquia (ou capela de)

a) Foi fundada por, no ano de com licença do Bispado de, e ordem de

a) Tem tantas naves e tantos altares

a) Tem tantas confrarias

a) Patrimônio doado pelo fundador

a) Possui jóias e alfaias no valor de

a) Pé-de-altar do vigário (ou capelão curado) orçado em:

a) Côngrua de

a) Acha-se em (bom ou mau) estado

a) Número de fogos

a) Número de almas²⁶

Tais informações, que deveriam por ele ser coletadas, poderiam ser também complementadas posteriormente por outras, seguindo o mesmo modelo da cartografia.

A partir dessa proposição para as escritas que contemplavam o espaço, é possível ver sua reprodução nas considerações sobre os trabalhos históricos iniciados no Instituto Histórico. Das primeiras reuniões realizadas no IHGB, surgiria a idéia do estudo das épocas da história do Brasil. A proposição de Cunha Matos para a história, reproduzida em um texto publicado na revista algumas décadas após sua morte, indica sua preocupação com uma divisão por épocas. Curiosamente, o trabalho “Épocas brasileiras”, de Cunha Matos, repete a mesma lógica do *Itinerário* e do plano geral de seus trabalhos corográficos, no que se refere à apresentação de fatos históricos como dados dispostos ao olhar sob uma continuidade quase *natural*, seguindo a ordem cronológica dos acontecimentos.

²⁷ MATOS, Raimundo J. da Cunha. Épocas brasileiras ou Sumário dos acontecimentos mais notáveis do Império do Brasil. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, t. 302, p. 219.

²⁸ Os “mapas” históricos e o acompanhamento de mapas junto aos textos eram parte da cultura humanista e do “textualismo” do Renascimento. Ver: BLACK, Jeremy. *Maps and history*, p. 7.

O trabalho “Épocas brasileiras ou Sumário dos acontecimentos mais notáveis do Império do Brasil”, de Cunha Matos, elaboraria um plano em que seriam localizados ano a ano, a partir da descoberta do Brasil, todos os fatos sucedidos até aquele momento. Nos anos “vazios”, sem acontecimento algum neles inscrito, seria possível incluir alguns fatos que ainda se encontrassem desconhecidos, como postulava:

Como em a obra que agora ofereço a meus leitores, hão de certamente faltar muitos sucessos notáveis que não chegaram ao meu conhecimento, apresentarei em apêndice não só aquilo que eu vier a saber por estudo próprio, mas também os artigos que outras pessoas melhor informadas quizerem ter a bondade de me comunicar; cumprindo-me todavia advertir que havendo muitas relações entre os acontecimentos de diversas Capitânicas do Brasil, eu faço menção deles naquela em que tiveram o mais importante lugar. Por esta presunção as épocas de S. Paulo são, às vezes, ligadas às de Minas Gerais; às da Bahia estão unidas às de Porto-Seguro, Ilhéus, Sergipe, e até as do Espírito Santo; e assim outras cousas, querendo eu fazer para seguir um sistema regular.²⁷

A perspectiva de Cunha Matos nas “Épocas brasileiras” – perspectiva de um militar, cuja formação enfatizava um sentido de “especialidade” ao montar uma quase “cartografia” dos eventos históricos – reforça uma prática estabelecida pelo Instituto Histórico: coligir primeiramente os documentos para a escrita da história do Brasil, acumulando e seriando cronologicamente os fatos para a narração. Ora, esse modelo não deixava de repercutir as relações da cartografia com a tradição de conhecimento histórico através da “objetivação” do passado, impulsionada no Renascimento.²⁸ De maneira semelhante à coleta de dados no *Itinerário* ou na *Corografia Histórica da província de Minas Gerais*, sua cronologia deveria incor-

porar as informações encontradas posteriormente, diluindo assim a importância do primeiro autor. Tanto o *Itinerário* quanto a lista cronológica apresentada em suas “Épocas” estão sujeitos, portanto, a uma permanente retificação. Tais trabalhos, que incluíam compilação e listagem, podem ser aqui compreendidos como exercícios de aproximação, como um contínuo refazer-se. E, neste sentido, as “Épocas” enquadram-se em um modelo de escrita que operaria com uma categoria primordial para a narrativa histórica consolidada no século XIX – a objetivação pelo testemunho e pela autópsia –, mas se mostrando não completamente equivalente a esta.

Entretanto, apesar de esse estatuto do olhar ser fundamental para o conhecimento do espaço – e, em sentido análogo, do tempo –, talvez possamos nos indagar sobre a maneira como via o “periegeta” Cunha Matos. As marcas nítidas de sua posição social e função podem ser destacadas no *Itinerário* quando ele lança olhar sobre a população local. Não são raros os momentos em que se escandalizava com a pobreza daqueles que o recebiam em casa ou com a falta de reconhecimento no tratamento, por sua distinção. Quando entrou na província de Goiás e foi recebido por descendentes do donatário de Goiás, Bartolomeu Bueno, Cunha Matos mostrou-se horrorizado com as condições nada nobres em que se encontrava a família:

Qual foi a minha mágoa vendo o príncipe da mocidade goiana com um remo na mão, conduzindo uma pequena canoa! Qual foi o meu desgosto vendo duas senhoras, suas irmãs, abandonadas e entregues unicamente à sua virtude, na margem do Corumbá, sofrendo todas as privações, ausentes de seu pai, o Cor. Bueno, que há 14 anos está vivendo em São Paulo!²⁹

Em muitos trechos, concluía que a miséria dos sertões devia-se à indolência de seus habitantes, como no caminho até o arraial do Cavalcante, onde notava a escassez de alimentos. Dalí, dizia a respeito da população:

²⁹ MATOS, Raimundo J. da Cunha. *Itinerário do Rio de Janeiro ao Pará e Maranhão*, p. 80.

³⁰ *Ibid.*, p. 148.

³¹ *Ibid.*, p. 198-200.

É tão grande a repugnância que a gente destes lugares mostra à agricultura, que apenas cultivam quanto julgam necessário para não morrerem de fome. [...] Que misérias sofrem os moradores dos sertões de Goiás, no meio de terras as mais ricas e fecundas do universo! A preguiça, a infernal preguiça é quem os mata.³⁰

Além da visão de que era a preguiça a fonte dos males do sertanejo, Cunha Matos dava mostras de algumas de suas opiniões diante das necessidades econômicas da região; posturas que se coadunavam com a Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional, da qual seria um dos fundadores. Assim como outros administradores e letrados de seu tempo, o secretário da Sociedade Auxiliadora defendia que a agricultura deveria ser prioridade e fonte de riqueza principal do país. Era graças à mineração – considerada mais um mal do que um bem – e à exploração de recursos sem a criação paralela de comércio e circulação de bens que aquelas regiões do interior de Goiás continuavam extremamente pobres.

Muitas vezes, ele também via o que buscava ver, confirmando seu próprio olhar já moldado e imprimindo sua marca sobre as coisas. É assim que Cunha Matos observa os índios Xerentes, para os quais estabeleceu um aldeamento em Porto Real denominado “Graciosa”, em homenagem à sua filha Grácia Hermelinda. A inabalável convicção do comandante na superioridade imperial das armas era endossada pelas demonstrações guerreiras dos índios, vistas como ingênuas, não obstante o espanto de alguns milicianos com a habilidade dos Xerentes no uso das flechas e nos simulacros de ataque e defesa. Em contrapartida, a imposição da autoridade oficial era realizada através do efeito dos tiros do pelotão e das corridas da cavalaria. Mesmo a descrição da dança realizada pelo grupo indígena, que a princípio deveria selar um acordo amistoso, era acompanhada de comentários sobre seu caráter simplório e desinteressante.³¹

Apesar dessas obstruções e filtros do olhar de Cunha Matos, a circulação pelo território deveria permitir também o “fazer-se”, o “reinventar-se” do próprio viajante na realização de um percurso. No caso da trajetória espacial feita pelo autor, reafirmava-se a incorporação de um espaço continental: os “sertões” do Estado então nascente e que se fundava com o nome de Império do Brasil. Pelos caminhos percorridos e registrados, nosso autor delineava e legitimava a própria continuidade requerida para o território pelo governo imperial, ainda falto de informações precisas sobre a maior parte dos lugares, em seus nomes e coordenadas.

Foi ainda por meio daqueles caminhos que sua trajetória de vida passou a ser reelaborada. Cunha Matos não era apenas aquele que observava o espaço, transportando-o para o conhecimento escrito que pretendia universalizar; transformava-se igualmente graças aos novos “lugares” que ele próprio viria a ocupar, como se os espaços percorridos imprimissem nele marcas, nem sempre claramente delineáveis e, por vezes, sobrepostas para um olhar incauto aos seus traços permanentes. Em sua primeira viagem para Goiás, como comandante de armas da província, Cunha Matos construiu redes sociais que o elegeram deputado para a Assembléia Legislativa do Império, apesar das fortes desavenças criadas com a Junta do Governo Provisório e, sobretudo, com o presidente da província, Lopes Gama.³² Na conjuntura de divisão das forças locais, o comandante teria sido hábil o suficiente para se transformar em um agente que faria a interface de um novo “centro” criado no Rio de Janeiro³³ com os sertões de Goiás.

Cumprindo suas funções, o marechal de campo fazia suas marchas, fosse para organizar o exército de Goiás e prevenir o novo governo de possíveis repercussões de movimentos refratários (como foi o caso contra a Confederação do Equador), fosse para preservar os locais de fronteira contra a ameaça de invasão de França. Em 1823, quando cruzava a fronteira de Minas com Goiás pelo rio Paranaíba, o marechal escrevia em seu *Itinerário*, repetindo a divisa do Imperador:

³² BRASIL, Americano. Cunha Matos em Goiás. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, t. 96, v. 150, p. 207.

³³ “Centro” aqui entendido como a “cabeça” do Império do Brasil. Ver: MATTOS, Ilmar Rohloff. Construtores e herdeiros. In: JANCÓS, István (Org.). *Independência: história e historiografia*, . 271-300.

³⁴ MATOS, Raimundo J. da Cunha. *Itinerário do Rio de Janeiro ao Pará e Maranhão*, p. 64.

³⁵ MATOS, Raimundo José da Cunha. *Ensaio histórico político sobre a origem, progressos, e merecimentos da antipathia, e reciproca aversão de alguns portugueses europeus e brasilienses*, p. 3.

³⁶ MATOS, Raimundo J. da Cunha. *Nova questão política: que vantagens resultarão aos reinos do Brasil e de Portugal se conservarem huma união sincera, pacífica e leal?*, p. 11.

³⁷ “O Império reviveu a velha prática portuguesa de fazer circular seus administradores por vários postos e regiões”. Cf. CARVALHO, José Murilo de. *A construção da ordem*, p. 107.

Hoje escrevi à Exma. Junta do Governo Provisório de Goiás participando-lhe haver entrado nas terras de sua jurisdição; e também distribuí uma proclamação minha às tropas de 1ª e 2ª Linha da Província, recomendando-lhes união, tranqüilidade, independência ou morte.³⁴

Pertencendo ao grupo dos que se tornaram “brasileiros” logo após os acontecimentos de setembro de 1822, Cunha Matos deixava para trás as afirmações feitas pouco tempo antes, como a de que a Independência era “um fratricídio”.³⁵ Reinterpretar seu posicionamento não seria, no entanto, difícil nas condições em que elas se deram. Ele mesmo daria suas razões ao afirmar, em julho de 1822, ser também “brasileiro”, uma vez que eram essas terras que o alimentavam e garantiam a sua futura tranqüilidade. No *post-scriptum* de *Nova questão política*, Cunha Matos afirma:

Eu sou Europeu tão honrado como o melhor homem nascido em Portugal: sou Brasileiro, e de sentimentos tão puros como o melhor Portuguez nascido no Brasil: não faço distinção entre hum, e outro Reino; protesto viver, e morrer por ambos, e também protesto à face do Ceo, e da Terra que serei implacavel e eterno adversario de todos os adversarios do Brasil e de todos os inimigos de Portugal, que quizerem atacar a honra, a dignidade, e os interesses do Brasil Patria minha cuja sagrada Egide me ampara, cuja substancia me alimenta, cujos habitantes me honrão, e cujo Governo me encaminha a huma feliz tranqüilidade.³⁶

Ao mesmo tempo, a própria “herança” colonial remanejava sua nova identidade. Assim como dantes, Cunha Matos serviria ao monarca e agiria em seu nome.

Talvez aqui possamos voltar novamente à trajetória de vida como uma das vias que relacionam a experiência de vida e os escri-

tos de Cunha Matos. A transposição do espaço conhecido para uma escrita era também consequência de sua carreira militar, que, assim como a de magistrados e políticos do Império,³⁷ levava à circulação pelo território. A partir disso, tornava-se possível “costurar” para os administradores as regiões ao Estado que se arquitetava no Rio de Janeiro. Além disso, a formação do oficial militar, então moldada como uma “ciência militar”,³⁸ incluía justamente um conhecimento estratégico que enfatizava os saberes da geografia e da topografia. O modelo das academias militares de então buscava fazer com que a “arte militar” fosse embebida do modelo das ciências, constituindo-se em uma formação especializada, e que deveria, como dizia o curso montado no Rio de Janeiro, “formar hábeis oficiais de artilharia, engenharia, e ainda mesmo oficiais da classe de engenheiros geógrafos e topógrafos.”³⁹ Cunha Matos, no entanto, não esteve no centro das tomadas de decisão e do poder. Apesar das participações que teve no campo político como deputado e de seus discursos inflamados, sua atuação nunca procurou ferir o acato ao poder executivo, prevalecendo sua obediência às instituições sobre todas as iminências de transformação ou revolução.

Sua trajetória de vida ainda se desdobrava na fundação do IHGB, para o qual deixaria sua produção escrita, construída sobre aquelas experiências de vida. Não seria assim mero acaso que essa escrita, aqui revelada na confluência entre experiência e registro, também afirmasse, por sua própria condição, a pertinência com o pensamento do Instituto – lugar de fala das letras e de uma política ainda difusa, mas sempre em apoio ao Estado imperial que se consolidava e em defesa da monarquia bragantina na América.

³⁸ Ver: SILVA, Maria B. Nizza da. *Cultura e sociedade no Rio de Janeiro (1808-1821)*, p. 158.

³⁹ *Ibid.*, p. 158.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALENCASTRO, Luiz Felipe de. *O trato dos viventes*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

BARBOSA, Antônio da Cunha. Notícia bibliographica. *Revista Trimensal do IHGB*, Rio de Janeiro, t. 66, v. 108, . 83-120, 1903.

BERCQUE, Augustin. *Écoumène*: introduction à l'étude des milieux humains. Paris: Belin, 2000.

BLACK, Jeremy. *Maps and history*. New Haven: Yale University Press, 2000.

BLAKE, Sacramento. *Diccionario bibliographico brasileiro*. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1883-1902 (1883) (Conselho Federal de Cultura, 1970).

BRASIL, Americano. Cunha Matos em Goiaz. *Revista Trimensal do IHGB*, Rio de Janeiro, t. 96, v. 150, p. 183-251, 1924.

CARVALHO, José Murilo de. *A construção da ordem*. 2. ed. Rio de Janeiro: UFRJ: Relume Dumará, 1996.

DUTENS, Louis. *Itinéraire des routes les plus fréquentées ou Journal de plusieurs voyages aux villes principales de l'Europe depuis 1768*: ou l'on a marque en heures & map; minutes le temps employé à aller d'une poste à l'autre, les distances en milles anglois. Paris: T. Barrois, 1783. Disponível em: <<http://gallica.bnf.fr/ark:/12148/bpt6k106688g.notice>>.

GRAÇA FILHO, Afonso de Alencastro. Andanças de um militar português pelos sertões do Brasil. In: MATOS, Raimundo José da Cunha. *Itinerário do Rio de Janeiro ao Pará e Maranhão*. Belo Horizonte: Instituto Cultural Amilcar Martins, 2004.

HARTOG, François. *Memória de Ulisses*: narrativas sobre a fronteira na Grécia Antiga. Tradução para o português de Jacyntho Lins Brandão. Belo Horizonte: Ed. da UFMG, 2004.

IGLÉSIAS, Francisco. *Historiadores do Brasil*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira; Belo Horizonte: Ed. da UFMG, 2000.

JANCSÓ, István; PIMENTA, João Paulo. Peças de um mosaico (ou apontamentos para o estudo da emergência da identidade nacional brasileira). In: MOTA, Carlos Guilherme (Org.). *Viagem incompleta*: a experiência brasileira. São Paulo: Senac, 1999.

MATOS, Raimundo José da Cunha. *Corografia histórica da província de Minas Gerais*. Belo Horizonte: Arquivo Público Mineiro, 1979. 1. ed. 1837.

_____. *Ensaio histórico político sobre a origem, progressos, e merecimentos da antipathia, e reciproca aversão de alguns portuguezes europeus e brasilienses*. Rio de Janeiro: Typographia de Mor e Garcez, 1822. Separata.

_____. Épocas brasileiras ou Sumário dos acontecimentos mais notáveis do Império do Brasil. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Rio de Janeiro: Departamento de Imprensa Nacional, t. 302, p. 218-351, 1975 [1974].

_____. *Itinerário do Rio de Janeiro ao Pará e Maranhão pelas províncias de Minas Gerais e Goiás*. Belo Horizonte: Instituto Cultural Amilcar Martins, 2004. 1. ed. 1836.

_____. *Nova questão política*: que vantagens resultarão aos reinos do Brasil e de Portugal se conservarem huma união sincera, pacífica e leal? Rio de Janeiro: Typographia do Diário, 1822. Separata.

_____. *Questão política*: qual será a sorte dos reinos do Brasil e de Portugal no caso do rompimento de hostilidades? Rio de Janeiro: Typographia do Diário, 1822. Separata.

MATTOS, Ilmar Rohloff. Construtores e herdeiros. In: JANCSÓ, István (Org.). *Independência*: história e historiografia. São Paulo: Fapesp: Hucitec, 2005. p. 271-300.

MOMIGLIANO, Arnaldo. L'histoire ancienne et l'antiquaire. In: _____. *Problèmes d'historiographie ancienne et moderne*. Tradução para o francês de Alain Tachet. Paris: Gallimard, 1983. p. 244-293.

_____. O surgimento da pesquisa antiquária. In: _____. *As raízes clássicas da historiografia moderna*. Tradução para o português de Maria Beatriz Borba Florenzano. Bauru: Edusc, 2004. p. 85-117.

MORAES E SILVA, Antonio de. *Diccionario da lingua portugueza recopilado dos vocabularios impressos até agora*. Lisboa: Typographia Lacerdina, 1813. t. 2.

MOREL, Marco. Restaurar, fracionar e regenerar a nação: O partido Caramuru nos anos 1830. In: JANCSÓ, István (Org.). *Brasil*: formação do Estado e da nação. São Paulo: Hucitec, 2003. p. 407-430.

RODRIGUES, José Honório. _____. *Brasil e África*: outro horizonte. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1964.

_____. Nota preliminar. In: MATOS, Raimundo José da Cunha. *Compêndio histórico das possessões de Portugal na África*. Rio de Janeiro: Ministério da Justiça e Negócios Interiores: Arquivo Nacional, 1963.

_____. *Teoria da história do Brasil*: introdução metodológica. 3. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1969.

SILVA, Maria Beatriz Nizza da. *Cultura e sociedade no Rio de Janeiro (1808-1821)*. 2. ed. Rio de Janeiro: Companhia Editora Nacional, 1978.

